



POLÍTICA DE COOKIES

O que são cookies?

"Cookies" são pequenas etiquetas de software que são armazenadas nos equipamentos de acesso através do navegador (browser), retendo apenas informação relacionada com as preferências, não incluindo, como tal, os dados pessoais.

Para que servem os Cookies?

Os cookies servem para ajudar a determinar a utilidade, interesse e o número de utilizações dos websites, permitindo uma navegação mais rápida e eficiente, eliminando a necessidade de introduzir repetidamente as mesmas informações.

Que tipos de cookies existem?

Existem dois grupos cookies que podem ser utilizados

Cookies permanentes - são cookies que ficam armazenados ao nível do browser nos equipamentos de acesso (PC, mobile e Tablet) e que são utilizados sempre que faz uma nova visita a um dos websites da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde. São utilizados, geralmente, para direcionar a navegação aos interesses do utilizador, permitindo prestar um serviço mais personalizado.

Cookies de sessão - são cookies temporários que permanecem no arquivo de cookies do browser até sair do website. A informação obtida por estes cookies serve para analisar padrões de tráfego na web, permitindo identificar problemas e fornecer uma melhor experiência de navegação.

Para que fins utilizamos cookies?

Cookies estritamente necessários - Permitem a navegação no website e utilização das aplicações, bem como aceder a áreas seguras do website. Sem estes cookies, os serviços requeridos não podem ser prestados.

Cookies analíticos - São utilizados anonimamente para efeitos de criação e análise de estatísticas, no sentido de melhorar o funcionamento do website.

Cookies de funcionalidade - Guardam as preferências do utilizador relativamente à utilização do site, para que não seja necessário voltar a configurar o site cada vez que o visita.

Cookies de terceiros - Medem o sucesso de aplicações e a eficácia da publicidade de terceiros. Podem também ser utilizados no sentido de personalizar um *widget* com dados do utilizador.

Cookies de publicidade - Direcionam a publicidade em função dos interesses de cada utilizador, por forma a direcionar as campanhas publicitárias tendo em conta os gostos dos utilizadores, sendo que, além disso, limitam a quantidade de vezes que vê o anúncio, ajudando a medir a eficácia da publicidade e o sucesso da organização do website.

Como pode gerir os cookies?

Todos os browsers permitem ao utilizador aceitar, recusar ou apagar cookies, e ainda informar o utilizador sempre que um cookie é recebido, nomeadamente através da seleção das definições apropriadas no respetivo navegador. O utilizador pode configurar os cookies no menu "opções" ou "preferências" do seu browser.

Note-se, no entanto, que, ao desativar cookies, pode impedir que alguns serviços da web funcionem corretamente, afetando, parcial ou totalmente, a navegação no website.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 1/9



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1 - Quem somos

A Irmandade da Misericórdia de Vila do Conde, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia de Vila do Conde, instituída no ano de 1510, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, orientado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceder bens e desenvolver atividades de intervenção e proteção social, entre outras, de:

- a) Apoio à infância e à juventude, com ou sem deficiência, estejam ou não em perigo;
- b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade física e/ou mental, às pessoas em situação de necessidade ou de dependências das mais variadas ordens, tais como toxic dependência e alcoolismo, sem-abrigo e vítimas de violência doméstica;
- c) Apoio à família, mães solteiras e comunidade em geral;
- d) Apoio à integração social e comunitária;
- e) Promoção e proteção da saúde, prevenção da doença, inclusive patologias endémicas e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviços de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamentos de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demências, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
- f) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- g) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
- h) Habitação social e turismo de saúde, religioso e social;
- i) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, desde que enquadráveis no âmbito da economia social, isto é, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
- j) Atividade agrícola.
- k) Apoio à empregabilidade.

2 - O compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde (doravante também designada SCMVC)

A Misericórdia de Vila do Conde tem como compromisso essencial para com os seus utentes/clientes, colaboradores e outros a proteção dos seus dados pessoais e sua privacidade.

A SCMVC adotará as melhores práticas de segurança e proteção da informação e dados pessoais, num espírito de melhoria contínua de implementação de medidas técnicas e organizativas para garantir a privacidade e proteção dos dados que lhe são confiados.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 2/9



Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Política de Privacidade e de Cookies- Site

Esta Política de Privacidade demonstra precisamente a finalidade de reforçar o seu comprometimento e total observância das regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

A navegação no site da Instituição ou qualquer outra aplicação informática desta Instituição ou o preenchimento de formulários de recolha e o fornecimento direta ou indiretamente, bem como o uso dos serviços da SCMVC implicam o conhecimento desta política e de quaisquer outros termos e condições específicas referentes aos serviços prestados.

Em certos casos legalmente estabelecidos a Misericórdia do Vila do Conde só poderá tratar os dados pessoais se obtiver o consentimento prévio, informado e expresso dos titulares de dados pessoais, nomeadamente quando se trate de comunicações informativas e de marketing da atividade desenvolvida pela SCMVC e, quando aplicável, recolha e tratamento de imagens para divulgação.

Por SCMVC, neste documento, deveremos considerar todos e quaisquer equipamentos/respostas sociais e de saúde ou quaisquer outros da Misericórdia de Vila do Conde.

3 - O responsável pelo tratamento de dados e o encarregado da proteção de dados

Nos termos do Regulamento Geral de Proteção de dados o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais é a SCMVC, que lhe presta o serviço ou fornece e que nesse âmbito decide:

- quais os dados recolhidos,
- meios de tratamento e;
- finalidades para que os dados são usados,

A SCMVC, por imposição legal tendo em conta as suas características enquanto entidade/pessoa coletiva, tem um Encarregado da Proteção de Dados, com as seguintes funções:

- Informa e aconselha o responsável pelo tratamento ou o subcontratante, bem como os trabalhadores que tratam os dados, a respeito das suas obrigações nos termos do presente regulamento e de outras disposições de proteção de dados da União ou dos Estados-Membros;
- Controla a conformidade com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, com outras disposições de proteção de dados da União ou dos Estados-Membros e com as políticas do responsável pelo tratamento ou dos subcontratantes relativos à proteção de dados pessoais, incluindo a repartição de responsabilidades, a sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados, e as auditorias correspondentes;
- Presta aconselhamento, quando tal lhe for solicitado, no que respeita à avaliação de impacto sobre a proteção de dados e controla a sua realização;
- Coopera com a Autoridade de Controlo;
- Ponto de contacto para a Autoridade de Controlo sobre questões relacionadas com o tratamento, incluindo a consulta prévia, e consulta, sendo caso disso, esta autoridade sobre qualquer outro assunto.

4 - Dados pessoais, titulares de dados pessoais e categorias de dados pessoais

Dados pessoais e outros

Por dados pessoais deve ser entendida qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

Por categorias especiais de dados devemos entender, nos termos legais: origem racial ou étnica, opiniões políticas, convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, identificadores biométricos, vida sexual, orientação sexual ou relativos à sua saúde.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 3/9



A SCMVC, no âmbito da sua atividade, procede à recolha e ao tratamento dos dados pessoais no âmbito dos serviços por si prestados e com as finalidades a ele conexas, mediante comunicação e autorização do titular dos dados pessoais.

Poderemos recolher dados pessoais dos clientes e utilizadores sob várias formas, incluindo, nomeadamente, quando os utilizadores subscrevem a *newsletter*, respondem a inquéritos, preenchem um formulário em conexão com quaisquer serviços, atividades, funcionalidades ou recursos que disponibilizamos nos nossos sites. Poderá ser solicitado aos utilizadores que forneçam, conforme os casos, o seu nome, morada, endereço de correio eletrónico, telefone, dados académicos ou profissionais e outros dados pessoais.

Os utilizadores poderão, no entanto, visitar os nossos *sites* de forma anónima, na medida em que apenas procederemos à recolha de dados pessoais quando nos sejam remetidos voluntariamente ou se nos autorizarem a proceder a tal recolha.

Apenas procederemos à recolha de dados pessoais quando nos sejam remetidos voluntariamente ou se nos autorizarem a proceder a tal recolha.

5 – Licitude com base na qual SCMVC pode tratar os seus dados pessoais, conforme as situações em que o tratamento decorra:

Consentimento

Que deverá ser expresso, (por escrito, ou através da validação de uma opção), prévio e se for livre, informado, específico e inequívoco.

Execução de contrato e diligências pré-contratuais

Quando necessário para a celebração, execução e gestão do contrato celebrado com a SCMVC.

Cumprimento de obrigação legal

Quando decorra obrigação legal.

Interesse legítimo

Quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pela SCMVC ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

6 - Acesso e utilização das plataformas

A visita aos *sites* da SCMVC, por si só, não implica o registo, de forma automática, de qualquer dado pessoal que identifique o utilizador.

No entanto, a utilização de determinados conteúdos ou serviços poderá implicar a disponibilização pelos utilizadores de dados pessoais, nomeadamente palavra-passe e utilizador, sendo neste caso apenas recolhidos os dados necessários para a prestação do serviço de acordo com as indicações explícitas no portal e as opções do utilizador.

Os dados pessoais recolhidos destinam-se a dar resposta aos pedidos e serviços formulados através dos sites SCMVC e são armazenados em bases de dados específicas.

O portal da SCMVC assegura aos seus utilizadores a privacidade e segurança nos dados facultados para os vários serviços disponibilizados, sendo apenas pedidos e recolhidos os dados voluntariamente fornecidos pelo utilizador e necessários para a prestação do serviço, de acordo com as indicações explícitas.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 4/9



7 - Direitos do titular dos dados pessoais

Nos termos previstos na Lei, é garantido ao titular dos dados pessoais o direito de acesso e retificação dos seus dados pessoais, bem como o direito de limitação e oposição ao tratamento dos mesmos.

Direito de Acesso

O titular tem o direito de obter da SCMVC a confirmação de que os dados pessoais que lhe dizem respeito são ou não objeto de tratamento e, sendo o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e às informações previstas no Direito à Informação.

Mediante solicitação do titular, a SCMVC fornecerá, a título gratuito, uma cópia dos dados do titular que se encontram em fase de tratamento. O fornecimento de outras cópias solicitadas pelo titular poderá acarretar o pagamento de uma taxa razoável, tendo em conta os custos administrativos associados.

Direito de Retificação

O titular tem o direito de obter por parte da SCMVC, quando o solicite, a retificação dos seus dados pessoais e, bem assim, o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados, incluindo por meio de uma declaração adicional.

Em caso de retificação dos dados, a SCMVC comunica a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respetiva retificação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a SCMVC. Se o titular o solicitar, a SCMVC fornece informações sobre os referidos destinatários.

Direito de Limitação

Direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de suspensão do tratamento ou limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

Direito de Oposição

O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela SCMVC ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, incluindo a definição de perfis, ou quando os dados pessoais forem tratados para fins estatísticos.

A SCMVC cessará o tratamento dos dados do titular, salvo se apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Direito ao Apagamento dos Dados e Direito ao Esquecimento

Direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, nomeadamente o de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal de preservação para investigação, deteção e repressão de crimes ou porque se encontra em curso um processo judicial.

Direito à Portabilidade

Os Titulares de Dados têm o direito de solicitar a qualquer altura a **portabilidade**, em formato eletrónico dos dados pessoais sempre que seja tecnicamente possível entre entidades.

Os dados solicitados para reutilização, devem ser entregues pelo responsável pelo tratamento e fornecidos num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, por exemplo, em xml ou xlsx.

Direito a Retirar o Consentimento

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 5/9



Direito de se opor ou retirar o seu consentimento, a qualquer momento a um tratamento de dados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades.

Direito a reclamar

Direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a CNPD, para além da empresa ou do Data Protection Officer (DPO).

Como pode exercer os seus direitos?

A SCMVC fornecerá informações e comunicará com o titular de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em especial quando as informações são dirigidas especificamente a crianças.

O exercício dos direitos é gratuito, exceto se se tratar de um pedido manifestamente infundado ou excessivo.

As informações devem ser prestadas por escrito mas, se o solicitar, podem ser prestadas oralmente.

Neste caso, a SCMVC deve verificar a sua identidade por outros meios que não orais.

A SCMVC dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) aos pedidos dos titulares no prazo máximo de um mês a contar da data de receção dos mesmos, o qual pode ser prorrogado até dois meses, quando for necessário, tendo em conta a complexidade e o número de pedidos, cabendo à SCMVC informar os titulares dos dados de alguma prorrogação e dos motivos da demora no prazo de um mês, também a contar da data de receção dos pedidos.

Exerça os seus direitos através dos seguintes endereços:

Endereço eletrónico: dpo@scmvc.pt

ou para o endereço: Santa Casa da misericórdia do Vila do Conde

Rua Rainha Dona Leonor nº 123,

4480-247 Vila do Conde.

8 - Quais as finalidades do tratamento dos dados pessoais e respetivos fundamentos jurídicos.

Considerando a diversidade das suas áreas de atuação, a SCMVC trata dados pessoais, designadamente, com as seguintes finalidades:

-Ação Social:

- Triagem e registo de utentes para atendimento social
- Gestão de candidaturas/inscrições em respostas sociais
- Gestão de atribuição de prestações pecuniárias
- Receção e tratamento de candidaturas a formação profissional de utentes
- Atribuição de produtos de apoio
- Gestão de reclamações e elogios

- Saúde:

- Inscrição de utentes

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 6/9



- Marcação de consultas/exames complementares de diagnóstico e terapêutica
- Prescrição de medicamentos e produtos de apoio
- Farmacovigilância
- Realização de estudos clínicos/científicos
- Gestão de reclamações e elogios

- Transversais

- Recursos Humanos: recrutamento e seleção de recursos humanos; gestão de recursos humanos (assiduidade, gestão de horários, etc.); processamento salarial; avaliação de desempenho; promoção da segurança e saúde no trabalho; atribuição de benefícios sociais aos trabalhadores;
- Aprovisionamentos: receção e tratamento de propostas apresentadas em procedimentos aquisitivos; execução de contratos estabelecidos com fornecedores
- Gestão Financeira: gestão de cobranças/faturação; gestão de pagamentos
- Comunicação e Marketing: divulgação de comunicações internas e externas; envio de newsletters
- Tecnologias de informação: receção e tratamento de pedidos de suporte informático
- Segurança física: controlo físico de acessos; videovigilância de instalações
- Transportes: gestão da frota automóvel
- Estudos, planeamento e apoio à gestão: avaliação do grau de satisfação dos clientes/utentes; tratamento estatístico de dados para monitorização da atividade
- Jurídico: contencioso; contraordenações; apoio jurídico às unidades orgânicas
- Auditoria: execução de auditorias internas e externas
- Voluntariado: receção e seleção de candidaturas a voluntários

9 - Prazo de conservação dos dados

Os dados pessoais recolhidos serão conservados de forma a permitir a sua identificação apenas durante o período necessário para a prossecução das finalidades de recolha ou do tratamento posterior, findo o qual os mesmos serão eliminados, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam.

Existem, no entanto, requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um determinado período de tempo. Nessa medida, alguns dados, nomeadamente relativos à saúde são conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação hospitalar.

10 - Transmissão de Dados Pessoais

A SCMVC poderá recorrer a outras entidades por si contratadas (subcontratantes), para, em nome da SCMVC, e de acordo com as instruções dadas por esta, procederem ao tratamento dos dados do titular, em estrito cumprimento do disposto no RGPD, na legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais e na presente Política. Neste caso a SCMVC tomará as medidas contratuais necessárias para garantir que os subcontratantes respeitam e garantem os dados pessoais do titular.

Os dados podem também ser transmitidos a terceiros por força da lei, como a autoridade tributária, entidades seguradoras, entidades da área da saúde ou da segurança social.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 7/9



11 - Responsabilidade sobre Serviços e Websites da SCMVC e de Terceiros

Sobre a utilização e o tratamento de dados pessoais de *sites* da SCMVC, não deixe de consultar as regras sobre utilização de cookies nos respetivos, nomeadamente em www.scmvc.pt/pages/469 e clicando no botão “Política de Cookies e Privacidade”

Os *sites* ou as aplicações da SCMVC podem conter links para outros sites, produtos ou serviços de terceiros, que não têm qualquer relação com a SCMVC e não são abrangidos por esta Política de Privacidade.

A recolha ou o tratamento dos dados pessoais solicitados por esses terceiros é da sua exclusiva responsabilidade, não podendo a SCMVC ser responsabilizada, em qualquer circunstância, pelo conteúdo, pela exatidão, veracidade ou legitimidade desses *sites* ou pela má utilização dos dados recolhidos ou tratados por intermédio dos mesmos.

Alertamos os clientes e utilizadores da SCMVC para este facto e para a necessidade de, antes de utilizarem os *sites*, produtos ou aplicações, lerem e aceitarem as regras relativas ao tratamento de dados pessoais definidos por esses terceiros.

12 - Segurança

A SCMVC tem implementado sistemas de segurança, regras e outros procedimentos, de modo a garantir a proteção dos dados pessoais, bem como para prevenir o acesso não autorizado aos dados, o uso impróprio, a sua divulgação, perda ou destruição, nomeadamente:

- Utilização de *firewalls* e sistemas de deteção de intrusão nos seus sistemas de informação;
- Aplicação de procedimentos de controlo de acessos, com recurso a perfis de acesso diferenciado e com base no princípio da necessidade de saber;
- Registo de ações efetuadas sobre os sistemas de informação que contenham dados pessoais (logging);
- Execução de um plano de *backups* estruturado;
- Encriptação de equipamentos portáteis e de armazenagem externa;
- Gestão de *patches* e *updates* críticos e de segurança para os sistemas operativos dos computadores da SCMVC;
- Proteção anti-*spam* de receção e envio de *emails* corporativos;
- Proteção contra links e anexos maliciosos em *emails* corporativos;
- Instalação, manutenção e gestão dos sistemas de antivírus e de *firewall* nos computadores da SCMVC;
- Gestão centralizada de distribuição de software para os computadores da SCMVC;
- Pseudonimização de dados pessoais;
- Controlo de acessos às instalações físicas da SCMVC;
- Existência de um centro de *disaster recovery* em localização alternativa;
- Sistema de videovigilância;
- Sistema de deteção automática de incêndio e de deteção de intrusão;

Execução de ações de formação e/ou sensibilização em segurança da informação e proteção de dados.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 8/9



Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde Política de Privacidade e de Cookies- Site

Divulgamos a todos os nossos colaboradores procedimentos de proteção de dados pessoais com vista a assegurar o seu conhecimento acerca das obrigações que lhe são impostas nesta matéria e para garantir a permanente sensibilização dos nossos colaboradores desenvolvemos ações de formação junto dos mesmos.

Temos igualmente implementadas normas de conduta e ética com regras de sigilo e confidencialidade que estabelecem o compromisso dos nossos colaboradores não revelarem a terceiros ou utilizar para fins contrários à lei qualquer informação pessoal dos nossos clientes, cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções.

13 - Cookies

O nosso *site* utiliza "*cookies*" para melhorar a experiência dos utilizadores, bem como para avaliar a utilidade, interesse e número de acessos ao site, permitindo assim uma navegação mais eficiente.

Os *web browsers* dos utilizadores colocam cookies no seu disco rígido para efeitos de registo e, por vezes, para registar informações sobre eles. Os *cookies* são ficheiros de texto que identificam os computadores dos utilizadores nos nossos servidores, mas não os próprios utilizadores individuais.

Para saber mais informações sobre os *cookies*, recomenda-se que os utilizadores visitem o website www.allaboutcookies.org ou fontes de informação semelhantes.

14 - Contacto

Exerça-os através dos seguintes endereços:

Endereço eletrónico: dpo@scmvc.pt

ou para o endereço: Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde

Rua Rainha Dona Leonor nº 123,
4480-247 Vila do Conde.

AVISOS LEGAIS

O conteúdo deste Portal é protegido pelos Direitos de Autor e Direitos Conexos e de Direitos de Propriedade Industrial. Qualquer tentativa de alteração de informação, de carregamento de informação ou qualquer outra ação que possa causar dano e pôr em risco a integridade do sistema, é estritamente proibida e pode ser punida de acordo com a legislação em vigor.

O presente Portal rege-se pela Lei portuguesa, e toda a legislação aplicável.

A Santa Casa da Misericórdia do Vila do Conde (SCMVC) aconselha e convida à leitura destas páginas dedicadas à proteção dos dados pessoais e os Termos e Condições dos serviços da SCMVC, cujas atualizações serão disponibilizadas nos sites <http://www.scmvc.pt>, designadas doravante plataformas.

Autor (es): TC; MA	Data: 2020-07-01	Validado por: Tiago Cardoso	Aprovado por:	Data:
Revisto por:	-----		Revisão: 000	Data: -----
N.º do Documento:	00.0-01-01-02-PT009.000			Página: 9/9